

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXVII • Nº 148

Poder Legislativo

Recife, sábado, 4 de setembro de 2010

Casas-abrigo asseguram proteção a mulheres

RINALDO MARQUES

Pesquisas feitas pela SDS apontam para necessidade de ações que reduzam violência contra gênero feminino



PODER EXECUTIVO - Parlamento Estadual aprovou mais um mecanismo em defesa do segmento. Lei foi sancionada pelo Governo

Mulheres vítimas de violência no Estado passaram a contar com mais um mecanismo de proteção, as casas-abrigo. A medida, definida na Lei nº. 13.977, está em vigor desde 16 de dezembro de 2009, e é de autoria do Executivo de Pernambuco. A proposta visa diminuir a criminalidade contra o sexo feminino, oferecendo proteção a mulheres que sofrem ameaças e correm risco de morte. O desafio é garantir a integridade física dessas pessoas, de seus filhos menores de idade e dependentes legais.

Entende-se por violência contra esse segmento qualquer ação ou omissão que

possa causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico. A permanência nas casas-abrigo é provisória, com prazo máximo de até 120 dias. Nesses locais, há proteção efetiva de policiais, a fim de assegurar o bem-estar das beneficiadas. Os endereços são sigilosos. As redes de abrigo prestam serviços de assistência social, psicológico, orientação, informação, além de encaminhamento a programas governamentais. Mulheres com menos de 18 anos precisam de autorização judicial para serem encaminhadas aos abrigos, assim como os filhos ou dependentes

menores. Todas recebem kits de higiene e vestuário. O encaminhamento é feito exclusivamente pela Secretaria Executiva de Enfrentamento à Violência de Gênero, que é vinculada à Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco.

Há, de acordo com a lei, outra opção para as interessadas na proteção do Estado. Em vez das casas-abrigo, elas podem optar pela transferência domiciliar. A prática consiste no deslocamento aéreo ou terrestre para um local comprovadamente seguro, em território nacional. Nesse caso, a vítima receberá do Governo o auxílio

único de até R\$ 250,00 para despesas com alimentos e vestuário.

Estatísticas: De acordo com dados da Secretaria de Defesa Social (SDS), o número de mulheres vítimas de Crime de Violência Letal e Intencional (CVLI), em 2009, totaliza 266. No 1º trimestre do mesmo ano, foram 83 ocorrências. Já os primeiros três meses de 2010 apontam a queda para 56 registros. Os dados foram elaborados pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem) e extraído do site <http://www.sds.pe.gov.br/>, no dia 1º de setembro de 2010.

Ordem do Dia para quarta-feira, 08/09/2010

Nonagésima Sexta Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sexta Legislatura, realizada em 08 de setembro de 2010, às 10:00 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5745/2010
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1251/2009 de autoria do Deputado Augusto Coutinho que declara de Utilidade Pública a entidade religiosa Senhor do Bonfim e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/9/2010

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5746/2010
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1466/2010 de autoria do Deputado Airinho de Sá Carvalho que denomina Rodovia Hericks Mansuett Filgueira de Araújo, a PE - 499, trecho viário que liga os municípios de Terra Nova e Cabrobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/9/2010

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5747/2010
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1478/2010 de autoria do Deputado Isaltino Nascimento que denomina Rosalvo Ramos Rocha a Ponte situada sobre o Rio Ariquindá, que liga o município de Rio Formoso à Praia dos Carneiros, situada no município de Tamandaré/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/9/2010

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5748/2010
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1535/2010 de autoria do Deputado Airinho de Sá Carvalho que denomina de Campus Universitário Maria Leticia de Alencar Roza e Dantas, o Campus da Universidade de Pernambuco - UPE, que será implantado no município de Salgueiro/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/9/2010

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5749/2010
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1559/2010 de autoria do Deputado Henrique Queiroz que denomina de Escola Técnica Estadual Professor José Luiz de Mendonça, a Unidade de Ensino Técnico Estadual a ser construída no município de Gravatá, Região do Agreste Pernambucano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/9/2010

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5750/2010
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1661/2010 de autoria do Poder Judiciário que dispõe sobre a organização e atribuições, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, da Auditoria de Inspeção, cujos cargos e funções foram previstos e criados pelos artigos 35 e 173 da Lei Complementar Estadual nº 100, de 21 de novembro de 2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco); cria cargo e funções gratificadas necessários ao seu funcionamento; e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/9/2010

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1563/2010
Autora: Deputada Teresa Leitão

Denomina Escola Técnica Professora Célia Siqueira, a escola que está sendo construída na cidade de São José do Egito, Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/4/2010

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1572/2010
Autor: Deputado Edson Vieira

Denomina de Escola Técnica Estadual Professor José Nivaldo Pereira Ramos, a Unidade Técnica Estadual a ser construída no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/4/2010

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1575/2010
Autor: Deputado Guilherme Uchôa

Denomina Escola Técnica Estadual Pastor Isaac Martins Rodrigues, a unidade de ensino profissionalizante a ser implantada no município de Abreu e Lima.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/4/2010

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2009
Autor: ex-Deputado Amaury Pinto

Considera o "Clube Carnavalesco Misto das Pás" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/8/2009

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1348/2009
Autor: Deputado Izaías Régis

Denomina a Escola Técnica Estadual Evandro Menezes do Rêgo Lima, a atual Escola Técnica Estadual de Carpina.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/11/2009

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1571/2010
Autor: Deputado André Campos

Denomina Escola Técnica Estadual Carlos Augusto Arraes de Alencar a próxima unidade a ser construída na Cidade do Recife.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/04/2010

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1615/2010
Autor: Deputado Ângelo Ferreira

Denomina-se Escola Técnica Estadual Professor Paulo Freire, a Escola Técnica a ser construída na cidade de Carina/PE.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/05/2010

Discussão Única da Indicação nº 5012/2010
Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos e Presidente da Comesa no sentido de unirem esforços para resolver urgentemente o problema do abastecimento de água na localidade Sítio Alto, zona rural do município de Bom Jardim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 01/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5013/2010
Autor: Dep. Esmeraldo Santos

Apelo ao Presidente do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IAP objetivando a perfuração de um poço artesiano no Sítio

Urubutinga, localizado no município de Pombos, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 01/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5014/2010
Autor: Dep. Lucrécio Gomes

Apelo ao Coordenador do Programa *Luz Para Todos em Pernambuco* no sentido de providenciar a inclusão deste Programa no Sítio Brejinho, localizado no município de Sanharó, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5015/2010
Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Governador do Estado, ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH e ao Secretário de Recursos Hídricos e Presidente da Comesa no sentido de unirem esforços para resolver urgentemente o problema da poluição ambiental causada pelo despejo de dejetos do lixo urbano de Paudalho nas águas da Barragem do Orá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5016/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Saúde visando a implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, no município do Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5017/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado e ao Senhor Secretário Estadual de Saúde visando a implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, no município dos Barreiros, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5018/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro da Saúde visando a implantação do Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU, no Município do Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5019/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro da Saúde visando a implantação do Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU, no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5020/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro da Saúde visando a implantação do Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU, no Município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5021/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação visando a instalação de uma Escola Técnica Estadual, no Município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5022/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro de Estado da Saúde visando a implantação do Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU, no Município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5023/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Saúde visando a implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, na Cidade de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única da Indicação nº 5024/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro da Educação visando a instalação de uma Escola Técnica Federal, no Município do Cabo de Santo Agostinho, reiterando os termos da Indicação Nº 337/2007, de 07 de março de 2007.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única do Requerimento nº 5306/2010
Autora: Dep. Terezinha Nunes

Voto de Aplaos aos vaqueiros e ao povo de Jutaf, bem como à Associação dos Vaqueiros e à Prefeitura Municipal de Lagoa Grande pelos 50 anos de realização da Festa do Vaqueiro de Jutaf.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Discussão Única do Requerimento nº 5307/2010
Autor: Dep. Geraldo Coelho

Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Zélia Marques de Souza, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, na cidade de Petrolina, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/09/2010

Ofícios

OFÍCIO Nº 443/2010 – GG/PE.

Recife, 31 de agosto de 2010.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, valho-me da oportunidade para dar ciência a essa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2010, através do Decreto nº 35.532, de 31 de agosto de 2010, no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), aberto com fundamento no parágrafo 3º do artigo 128 da Constituição Estadual, no inciso III do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nos arts. 37 e 38 da Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, tendo em vista os Decretos Estaduais nº 35.191 e nº 35.192, ambos de 21 de junho de 2010, e nº 35.231, de 27 de junho de 2010, que declararam, respectivamente, "Situação de Emergência" e "Estado de Calamidade Pública", em áreas de municípios do Estado de Pernambuco, indicados naqueles instrumentos.

O crédito extraordinário em apreço será aplicado, no Plano Plurianual 2008/2011 e na Lei Orçamentária de 2010, no Programa Estadual de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública, criado pelo Decreto nº 35.254, de 01 de julho de 2010, que visa à implementação de medidas destinadas à restauração da normalidade em municípios declarados em situação de emergência ou de calamidade pública e à reconstrução de áreas afetadas.

Especificamente, os recursos do crédito extraordinário serão destinados à realização de despesas com desapropriações, da Fazenda São Francisco, no Município de Barreiros, e do Engenho Nova Esperança, no Município de Palmares.

Cumprir esclarecer que os recursos necessários à cobertura das despesas previstas no referenciado Crédito Extraordinário, conforme demonstrativo constante do seu Anexo II, provém do Excesso de Arrecadação de Receitas do Tesouro, previsto para o presente exercício, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, à conta da arrecadação dos itens de receitas "Remuneração de Depósitos Bancários" e da "Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP".

Por oportuno, informo que os recursos do crédito extraordinário em apreço serão aplicados pela Secretaria Especial da Casa Militar, objetivando viabilizar as desapropriações acima referidas, em função das calamidades ocorridas no Estado no mês de junho p.p.

Na oportunidade, faço anexar ao presente expediente cópia do Decreto nº 35.532, de 31 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial do Estado nº 165, de 01/09/2010.

Reitero, por este intermédio, a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares, a expressão da minha estima e alta consideração.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

À 2ª comissão

OFÍCIO Nº 444/2010 – GG/PE.

Recife, 31 de agosto de 2010.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, valho-me da oportunidade para dar ciência a essa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2010, através do Decreto nº 35.533, de 31 de agosto de 2010, no valor de R\$ 54.168.400,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e sessenta e oito mil e quatrocentos reais), aberto com fundamento no parágrafo 3º do artigo 128 da Constituição Estadual, no inciso III do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nos artigos 37 e 38 da Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, tendo em vista os Decretos Estaduais nº 35.191 e nº 35.192, ambos de 21 de junho de 2010, e nº 35.231, de 27 de junho de 2010, que declararam, respectivamente, "Situação de Emergência" e "Estado de Calamidade Pública", em áreas de municípios do Estado de Pernambuco, indicados naqueles instrumentos.

O crédito extraordinário em apreço será aplicado, no Plano Plurianual 2008/2011 e na Lei Orçamentária de 2010, no Programa Estadual de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública, criado pelo Decreto nº 35.254, de 01 de julho de 2010, que visa à implementação de medidas destinadas à restauração da normalidade em municípios declarados em situação de emergência ou de calamidade pública e à reconstrução de áreas afetadas.

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente,** Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente,** Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário,** Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário,** Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário,** Deputado Aglaílson Júnior; **4º Secretário,** Deputado Manoel Ferreira. **Procurador-Geral -** Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral -** Paulo César Menezes Teixeira; **Assistente Legislativa -** Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativa -** Adriana Alves de Araújo; **Superintendente de Recursos Humanos -** Rodrigo Moreira Cordeiro; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira -** Marcelo Cabral e Silva; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica -** Bráulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial -** Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional -** Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa -** Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo -** Cynthia Barreto; **Assistente Educacional -** Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe -** Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social -** Cláudia Lucena; **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), João Bitta, Moisés Barbosa, Ricardo Verçosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felliipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Cinthia Carvalho, Jullimária Dutra, Mariana Barros, Paulo Maciel, Priscila Sá e Simone Lourenço; **Chefe do Departamento de TV,** Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV,** Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felliipe Marques, Mara Amorim; **Produção:** Christianne Alcântara, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação:** Mônica Alcântara. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail:** dcomunic@alepe.pe.gov.br



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Especificamente, os recursos do crédito extraordinário serão destinados à realização de despesas com a prevenção e controle de surtos e epidemias nas comunidades atingidas.

Cumpra esclarecer que os recursos necessários à cobertura das despesas previstas no referenciado Crédito Extraordinário, conforme demonstrativo constante do seu Anexo II, provém da Portaria Ministerial nº 2.276/2010, de 10 de agosto de 2010, celebrado entre o Fundo Nacional de Saúde e o Governo do Estado, através do Fundo Estadual de Saúde-FES-PE, objetivando transferência de recursos federais, referentes à vigilância, prevenção e controle de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências em saúde.

Por oportuno, informo que os recursos do crédito extraordinário em apreço serão aplicados pelo Fundo Estadual de Saúde-FES/PE, nos fins acima referidos.

Na oportunidade, faço anexar ao presente expediente cópia do Decreto nº 35.533, de 31 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial do Estado nº 165, de 01/09/2010.

Reitero, por este intermédio, a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares, a expressão da minha estima e alta consideração.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

À 2ª comissão

Mensagem

MENSAGEM Nº 106/2010

Recife, 03 de setembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia, Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, crédito suplementar no valor de R\$ 7.550.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), em favor da SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, para aplicação pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA.

A solicitação em apreço objetiva reforçar dotações orçamentárias insuficientes, destinadas a cobertura de despesas com o Programa Terra Pronta, com obras de perfuração e instalação de poços no semi-árido e com as inundações ocorridas no mês junho do presente exercício.

Os recursos necessários à realização das despesas previstas no Anexo I do presente Projeto de Lei, em conformidade com o seu Anexo II, serão os provenientes da anulação de dotações constantes do Orçamento em vigor, na forma do disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de setembro de 2010.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa
N E S T A

Projeto de Lei Ordinária Nº 1690/2010

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, em favor do Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA, crédito suplementar no valor de R\$ 7.550.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata a presente Lei, serão os provenientes da anulação, em igual importância, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

(CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2010	EM R\$ 1,00	
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	VALOR
22000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA			
00501- Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA			
Atividade:	20.244.0030.1181 - Ações Assistenciais às Populações Atingidas pela Estiagem a Cargo do IPA		11.300
	3.3.90.00. - Outras Despesas Correntes	0101	11.300
Projeto:	20.544.0607.3265 - Melhoramento da Infraestrutura Hídrica Rural		5.908.200
	3.3.90.00. - Outras Despesas Correntes	0101	408.200
	4.4.90.00. - Investimentos	0101	5.500.000
Atividade:	20.334.0616.3258 - Fortalecimento da Agricultura Familiar - Programa Terra Pronta		1.500.000
	3.3.90.00. - Outras Despesas Correntes	0101	1.500.000
Atividade:	20.606.0616.3264 - Fortalecimento da Agricultura Familiar - Assistência Técnica		130.500
	3.3.90.00. - Outras Despesas Correntes	0101	130.500
	TOTAL		7.550.000

ANEXO II

(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2010	EM R\$ 1,00	
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	VALOR
30000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
00119 - Secretaria de Planejamento e Gestão - Administração Direta			

Projeto:	15.451.0666.3073 - Melhoria da Infraestrutura Metropolitana		670.600
	4.4.90.00. - Investimentos	0102	670.600
Projeto:	20.334.0048.1821 - Projeto de Combate à Pobreza Rural PCPR		5.455.900
	4.4.90.00. - Investimentos	0102	4.381.000
	4.4.90.00. - Investimentos	0103	1.074.900
Projeto:	20.334.0048.3483 - Projeto de Combate à Pobreza Rural e Apoio aos Arranjos Produtivos na Agricultura Familiar		1.350.000
	4.4.90.00. - Investimentos	0102	1.350.000

38000 - SECRETARIA DAS CIDADES

00123 - Secretaria das Cidades - Administração Direta

Projeto:	15.451.0643.3008 - Construção de Academias da Cidade		73.500
	4.4.40.00. - Investimentos	0103	52.800
	4.4.90.00. - Investimentos	0103	20.700

TOTAL

7.550.000

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de setembro de 2010.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Às 8ª, 3ª, 2ª e 1ª Comissões.

Atas de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2010.

Às nove horas do dia treze do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado André Campos, reuniram-se os Deputados Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Sebastião Oliveira Júnior e Teresa Leitão, membros titulares e os Deputados Ângelo Ferreira e Antônio Moraes, membros suplentes. O Presidente, então, passou a distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1541/2010, de autoria do Deputado Augusto César Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de processo de sanitização nos locais que especifica, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Sebastião Oliveira; Projeto de Lei Ordinária nº 1543/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), distribuído à Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Resolução nº 1542/2010, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Aprova a indicação governamental à pessoa mencionada para o cargo de Diretor de Regulação Econômico Financeira da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE.), distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel. Em seguida, passou-se à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1496/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, foi retirado da pauta, tendo em vista a Audiência Pública a ser realizada posteriormente à Reunião Ordinária; Projeto de Lei Ordinária nº 1537/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1538/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado André Campos, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1539/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1540/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator: Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1454/2010, de autoria da Deputada Terezinha Nunes (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Classe Ouro, Mérito Esportivo, à atleta Joanna Maranhão), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico. Na ausência, foi designada a Deputada Jacilda Urquiza para relatar, a qual o aprovou à unanimidade dos Deputados. Em extra-pauta, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1547/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Unidade Orçamentária, Programas e Ações no Plano Plurianual 2008/2010, autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1548/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Programa e Ações no Plano Plurianual 2008/2011, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1549/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado André Campos. Por fim, foi aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 1547/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Unidade Orçamentária, Programas e Ações no Plano Plurianual 2008/2010, autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em Regime de urgência, relatado pelo Deputado Isaltino Nascimento. Não havendo nada mais a tratar, foi convocada a próxima Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 20 de abril, do corrente ano, às 9:00h (nove horas). Do que, para constar, Eu, Juliana Salazar Pereira da Costa, Procuradora Legislativa e Assessora Jurídica desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado André Campos
Presidente

Titulares:

Deputado Raimundo Pimentel
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Jacilda Urquiza
Deputado Pedro Eurico
Deputado Sebastião Oliveira Júnior
Deputada Teresa Leitão

Suplentes:

Deputado Ângelo Ferreira
Deputado Antônio Moraes

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2010.

Às nove horas do dia vinte do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado André Campos, reuniram-se os Deputados Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Sebastião Oliveira Júnior e Teresa Leitão, membros titulares e os Deputados Ângelo Ferreira e Antônio Moraes, membros suplentes. O Presidente, então, passou a distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1544/2010, de autoria do Deputado Edson Vieira (Ementa: Proíbe a exposição pública de material erótico, pornográfico e conteúdo impróprio para menores e dá outras providências), distribuído ao Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 1545/2010, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Dispõe convencionar o dia 27 de março, data alusiva ao Dia Estadual da Cultura Cristã e dá outras providências), distribuído à Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária 1546/2010, de autoria do Deputado Carlos Santana (Ementa: Proíbe a utilização das pulseiras coloridas, conhecidas como "PULSEIRAS DO SEXO" ou outro acessório que tenha conotação sexual, dentro das instalações das escolas públicas e particulares no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 1550/2010, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Proíbe a cobrança de honorários advocatícios, por parte das imobiliárias ou administradoras de imóveis, sem o devido ajuizamento da ação de cobrança), distribuído à Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária nº 1551/2010, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Obriga as Instituições de Ensino Superior instaladas no Estado de Pernambuco a prover suas bibliotecas de exemplares de todos os livros adotados em todos os cursos ministrados na instituição.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1552/2010, de autoria do Deputado Ciro Coelho (Ementa: Denomina "Dr. Emanuel Alirio Brandão" a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, a ser construída no município de Petrolina, região do Sertão do São Francisco), distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira; Projeto de Lei Ordinária nº 1553/2010, de autoria do Deputado Raimundo Pimentel (Ementa: Denomina Rodovia PE 625, Trecho Santa Filomena - Santa Cruz - "Rodovia Nelson Benício Coelho"), distribuído ao Deputado Augusto Coutinho; Projeto de Lei Ordinária nº 1554/2010, de autoria da Deputada Carla Lapa (Ementa: Fica proibida, no âmbito do Estado de Pernambuco, a exposição e venda de carne previamente moída, de qualquer natureza), distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira; Projeto de Lei Ordinária nº 1555/2010, de autoria do Poder Executivo

(Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado André Campos; Projeto de Lei Ordinária nº 1556/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a Pernambuco Participações e Investimentos S.A - PERPART a ceder o direito de uso do imóvel que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Sebastião Oliveira; Projeto de Lei Ordinária nº 1557/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010 e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Resolução 1530/2010, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Rev.mo.. Padre Brenno Guastala), distribuído ao Deputado Pedro Eurico; Subemendas 1 e 2/2010, de autoria do Deputado Augusto Coutinho ao Substitutivo N° 1/2010, apresentado por essa Comissão aos Projetos de Resoluções nºs 1031/2009 e 1318/2009 de autoria do deputado Augusto Coutinho, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa. Porém, por não mais compor o quadro de Deputados da Comissão, foi designada a Deputada Jacilda Urquiza para relatar. Em seguida, passou-se à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1496/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado por maioria, com votos contrários dos Deputados Pedro Eurico e Augusto Coutinho e da Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária nº 1521/2010, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Dispõe sobre o controle de reprodução e regulamentação da eliminação da vida de cães e gatos de rua no Estado de Pernambuco e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, foi retirado de pauta a pedido do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1526/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e dá outras providências), tendo como Relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1527/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1529/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de Social – BNDES, destinada à realização das intervenções necessárias para a construção do Estádio de Futebol, no Município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife, que será sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e na urbanização de seu entorno, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado André Campos, aprovado por maioria, com votos contrários dos Deputados Pedro Eurico e Augusto Coutinho e da Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária nº 1536/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1543/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1549/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado André Campos, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução 1536/2010, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Rev.mo.. Padre Brenno Guastala), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1542/2010, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Aprova a indicação governamental à pessoa mencionada para o cargo de Diretor de Regulação Econômico Financeira da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE), tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Subemendas 1 e 2/2010, de autoria do Deputado Augusto Coutinho ao Substitutivo N° 1/2010, apresentado por essa Comissão aos Projetos de Resoluções nºs 1031/2009 e 1318/2009 de autoria do deputado Augusto Coutinho, tendo como Relator: Deputado Alberto Feitosa. Por não mais compor o quadro de Deputados da Comissão, foi designada a Deputada Jacilda Urquiza para relatar, a qual aprovou à unanimidade dos Deputados. Não havendo nada mais a tratar, foi convocada a próxima Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 27 de abril, do corrente ano, às 9:00h (nove horas). Do que, para constar, Eu, Juliana Salazar Pereira da Costa, Procuradora Legislativa e Assessora Jurídica desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado André Campos
Presidente

Titulares:
Deputado Augusto Coutinho
Deputado Raimundo Pimentel
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Jacilda Urquiza
Deputado Pedro Eurico
Deputado Sebastião Oliveira Júnior
Deputada Teresa Leitão

Suplentes:
Deputado Ângelo Ferreira
Deputado Antônio Moraes

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 8 DE JUNHO DE 2010.

Às nove horas do dia oito do mês de junho do ano de dois mil e dez, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado André Campos, reuniram-se os Deputados Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel e Teresa Leitão, membros titulares, e o Deputado suplente Ângelo Ferreira. O Presidente, então, passou a distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1621/2010, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 10, de 06 de janeiro de 1994, e dá outras providências), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1617/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, e alterações, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA), regime de urgência, distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1618/2010, de autoria do Deputado Bringel (Ementa: Denomina Celestino Emídio do Nascimento a rodovia vicinal que liga o distrito de Lagoinha ao distrito de Rancharia, localizados no município de Araripina, numa extensão de 9 Km), distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1619/2010, de autoria do Deputado Luciano Moura (Ementa: Institui o dia do Bombeiro Civil no estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1620/2010, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Declara de utilidade pública a Associação Lar do Amanhã – Assistência Social, Saúde e Educação, e dá outras providências), distribuído à Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária nº 1622/2010, de autoria do Deputado João Fernando Coutinho (Ementa: Institui o Número Estadual de Emergência e dá outras providências), Distribuído ao Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 1623/2010, de autoria do Deputado Eduardo Porto (Ementa: Denomina Governador Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, o viaduto do cruzamento da Estrada da Batalha com a Avenida Barreto de Menezes), distribuído ao Deputado André Campos; Projeto de Lei Ordinária nº 1624/2010, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Denomina “Rodovia Prefeito José Bezerra de Albuquerque Sobrinho” a PE 72, que liga o Município de Rio Formoso ao município de Tamandaré/PE), distribuído à Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária nº 1625/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Unidade Orçamentária, Programas e Ações no Plano Plurianual 2008/2011, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em Regime de urgência, distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Resolução nº 1616/2010, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco ao Dr. Marcos Guilherme Praxedes Barretto), distribuído ao Deputado Pedro Eurico. Em seguida, passou-se à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1606/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera os dispositivos legais que indica, e dá outras providências), em Regime de urgência, tendo como relator o Deputado Ângelo Ferreira. Na ausência, foi designada para relatar a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1356/2010, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Institui o dia 23 de outubro como o Dia Estadual do Judô), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, rejeitado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1428/2010, de autoria do Deputado Luciano Moura (Ementa: Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Estado de Pernambuco), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, rejeitado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1474/2010, de autoria do Deputado Izaias Régis (Ementa: Dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6 de dezembro de 2007, no âmbito das repartições públicas estaduais e das agências bancárias de Pernambuco), tendo como relator o Deputado André Campos, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1491/2010, de autoria do Deputado Carlos Santana (Ementa: Denomina a Ciclovia da PE-09, que liga o Distrito de Nossa Senhora do Ó a praia de Porto de Galinhas em Ipojuca de Otávio Marques da Silva), tendo como relator o Deputado Sílvio Costa Filho. Na ausência, foi designado para relatar o Deputado Raimundo Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1589/2010, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Institui o ano de 2010 como “Ano do Bicentenário Argentino”), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, foi retirado da pauta pelo autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário de Pernambuco (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, consensualmente pelo pleno, para realização de posterior Audiência Pública, foi retirado da pauta, assim como as emendas: Emenda Supressiva nº 01/2010, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Fica suprimido o art. 17, do Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências) e Emenda Modificativa nº 03/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Modifica a redação do art. 10 do Projeto de Lei nº 1595/2010 de autoria do Poder Judiciário do Estado) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências); Projeto de Lei Ordinária nº 1604/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Sebastião Oliveira Júnior. Na ausência, foi designado para relatar o Deputado Isaltino Nascimento, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1610/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Sílvio Costa Filho. Na ausência, foi designada a Deputada Teresa Leitão para relatar, a qual o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1616/2010, de autoria do Deputado Mavíael

Cavalcanti (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco ao Dr. Marcos Guilherme Praxedes Barretto), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, aprovado à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 01/2010, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Altera a redação do §1º do art. 1º, do Projeto de Lei Ordinária nº 1591/2010), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1591/2010, de mesma autoria (Ementa: Autoriza supressão de vegetação de preservação permanente de Mata Atlântica nas áreas que especifica e dá outras providências), para 2º turno, tendo como relator, por dependência, o Deputado André Campos, aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Pedro Eurico. Não havendo nada mais a tratar, foi convocada a próxima Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 15 de junho, do corrente ano, às 9:00h (nove horas). Do que, para constar, Eu, João Marcelo Lapenda de Moraes Guerra, Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado André Campos
Presidente

Titulares:
Deputado Augusto Coutinho
Deputado Raimundo Pimentel
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Jacilda Urquiza
Deputado Pedro Eurico
Deputada Teresa Leitão

Suplentes:
Deputado Ângelo Ferreira

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2010.

Às nove horas do dia quinze do mês de junho do ano de dois mil e dez, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado André Campos, reuniram-se os Deputados Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel e Teresa Leitão, membros titulares, e o Deputado suplente Ângelo Ferreira. Tendo em vista a realização de uma Audiência Pública, para discutir o Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010 de autoria do Poder Judiciário que “Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário e dá outras providências”, logo após a Reunião Ordinária, estavam presentes os srs. Roberto Santos (representante da Associação dos Servidores), Sr. Marcos Albuquerque (representante do Sindicato dos Oficiais de Justiça) e Sr. Eljo Tenório (representante do Sindicato dos Servidores). O Presidente, então, passou a distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1626/2010, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Denomina Rodovia Frederico Loyo a estrada que liga a Rodovia PE-38 à praia de Gambôa, via de acesso à Praia de Muro Alto, Município de Ipojuca, neste Estado), distribuído à Deputada Jacilda Urquiza; Projeto de Lei Ordinária nº 1627/2010, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Considera a “Missa do Poeta”, (homagem, in *memorian*, ao poeta e compositor Zé Marcolino e demais poetas falecidos do Pajéú), celebrada todos os anos na cidade de Tabira-PE, Patrimônio Imaterial Cultural do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira; Projeto de Lei Ordinária nº 1628/2010, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior (Ementa: Denomina Rodovia PE 256, Trecho Arcoverde - Ipojuca “Rodovia Dione de Brito Resende”, distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira; Projeto de Lei Ordinária nº 1629/2010, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Denomina Deputado Manoel Ramos de Almeida a PE-123, que liga os municípios de Belém de Maria e Lagoa dos Gatos), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1630/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente da área que especifica), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1631/2010, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Declara de Utilidade Pública Estadual a OSCIP “Associação Humanitária Beneficente do Recife – AHMAR”, distribuído ao Deputado Augusto Coutinho; Projeto de Lei Ordinária nº 1632/2010, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco a Exposição de Caprinos e Ovinos de Sertânia), Distribuído ao Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 1633/2010, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Denomina de “Deputado Oswaldo Rabelo” a sala da Assistência de Segurança Legislativa da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco), Distribuído ao Deputado Augusto Coutinho; Projeto de Lei Ordinária nº 1634/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, que institui o Programa de Estímulo à Atividade Portuária), Regime de urgência, distribuído ao Deputado André Campos; Projeto de Lei Ordinária nº 1635/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1636/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 13.019, de 8 de maio de 2006, que altera a alíquota do ICMS relativa às operações internas com óleo diesel destinadas a empresas operadoras de linhas do sistema de transporte público de passageiros da Região Metropolitana do Recife), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1637/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a realizar permuta do imóvel que indica, e dá providências correlatas), em regime de urgência, distribuído à Deputada Teresa Leitão. Em seguida, passou-se à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 570/2008, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Autoriza a utilização de parte da madeira apreendida pela fiscalização ambiental para a construção de habitações populares, no âmbito do estado de Pernambuco e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi. Redistribuído à Deputada Teresa Leitão. Retirado da pauta a pedido do Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei

Ordinária nº 1355/2009, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Dispõe sobre a implantação, no âmbito do Estado de Pernambuco, de Centros de Educação e Reabilitação para Agressores, nos casos de Violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 35, inciso V, da Lei, nº 11.340/2006), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, rejeitado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1466/2010, de autoria do Deputado Airinho Sá Carvalho (Ementa: Denomina “Rodovia Hericks Mansuett Figueira de Araújo” a PE – 499), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1478/2010, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Denomina Ponte Rosalvo Ramos rocha a ponte situada sobre o Rio Ariquindá, que liga o município de Rio Formoso a praia dos Carneiros situada no município de Tamandaré/PE), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1479/2010, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Denomina de Senador Antonio Arruda de Farias a Rodovia PE – 102 que liga o município de Surubim ao de Casinhas, divisa com o Estado da Paraíba/Umbuzeira), tendo como relator o Deputado André Campos, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1488/2010, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco a “Feira do Bordado Manual de Passira” a ser comemorado, anualmente, entre os meses de outubro de novembro), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1501/2010, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Institui o dia estadual da Síndrome de Down), tendo como relator o Deputado André Campos, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1559/2010, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina de “Professor José Luiz de Mendonça” a Escola Técnica Estadual a ser construída no município de Gravatá, região do agreste pernambucano), tendo como relatora a Deputada Jacilda Urquiza, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, aprovado com a Emenda nº 03/2010; Emenda Supressiva nº 01/2010, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Fica suprimido o art. 17, do Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências), tendo como relator, por dependência, o Deputado Pedro Eurico, rejeitado à unanimidade dos Deputados; Emenda Supressiva nº 02/2010, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Fica suprimido o parágrafo 3º, do Art. 50 da Lei nº 13.332, contido no Art. nº 16 do Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências), tendo como relator, por dependência, o Deputado Pedro Eurico, aprovada à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 03/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Modifica a redação do art. 10 do Projeto de Lei nº 1595/2010 de autoria do Poder Judiciário do Estado) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências), tendo como relator, por dependência, o Deputado Pedro Eurico, aprovada à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 03/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Modifica a redação do art. 10 do Projeto de Lei nº 1595/2010 de autoria do Poder Judiciário do Estado) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1595/2010, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa e funcional do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências), tendo como relator, por dependência, o Deputado Pedro Eurico, aprovada à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 03/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, e alterações, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1625/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Unidade Orçamentária, Programas e Ações no Plano Plurianual 2008/2011, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1630/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente da área que especifica), em regime de urgência, retirado da pauta; Em extra-pauta, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de colaboração financeira não reembolsável junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1639/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, e dá outras providências), em Regime de urgência, distribuído à Deputada Teresa Leitão. Já em discussão, foi apreciada a seguinte proposição: Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2010, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de colaboração financeira não reembolsável junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel, aprovado à unanimidade dos Deputados. Não havendo nada mais a tratar, foi convocada a próxima Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 21 de junho, do corrente ano, às 9:00h (nove horas). Do que, para constar, Eu, João Marcelo Lapenda de Moraes Guerra, Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado André Campos
Presidente

Titulares:
Deputado Augusto Coutinho
Deputado Raimundo Pimentel
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Jacilda Urquiza
Deputado Pedro Eurico
Deputada Teresa Leitão

Suplentes:
Deputado Ângelo Ferreira